

# Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.744.812 - AM  
(2018/0126317-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : CONSTRUTORA CAPITAL S/A**  
**ADVOGADOS : KEYTH YARA PONTES PINA E OUTRO(S) - AM003467**  
**CAROLINA RIBEIRO BOTELHO - AM005963**  
**ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA - AM009372**  
**ANDRADE GC ADVOGADOS**  
**PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA - AM008759**  
**RECORRIDO : FILOMENA RANSGSFERTS DO NASCIMENTO**  
**ADVOGADOS : EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA - AM002960**  
**RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL E OUTRO(S) - AM007187**

## EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.**

## DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por CONSTRUTORA CAPITAL S/A, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 428):

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL QUANTO À INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 373 E 561 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 283/STF. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. NÃO INCIDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Apesar de rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi suficientemente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. Não se verifica a apontada divergência jurisprudencial entre os acórdãos recorridos e paradigma, tendo em vista a inexistência de similitude fática entre os casos confrontados.

3. Diferentemente do alegado pela ora agravante, o enunciado n. 283

# *Superior Tribunal de Justiça*

da Súmula do STF não foi utilizado como fundamento para o não conhecimento da divergência jurisprudencial.

4. O mero não conhecimento ou improcedência do agravo interno não enseja a necessária imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, devendo ser analisado caso a caso.

5. Agravo interno desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 461/466).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 472/487), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, alegando, para tanto evidente negativa de prestação jurisdicional no exame de todos os recursos apresentados até o momento.

Assevera que o cotejo analítico foi realizado, demonstrando a afronta a disposição legal bem como a dissonância entre o acórdão recorrido e o atual posicionamento adotado no Superior Tribunal de Justiça.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 491/496.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno no recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto (fls. 432/434):

# *Superior Tribunal de Justiça*

A irresignação não merece prosperar.

Da análise dos autos, constata-se que, apesar de rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi suficientemente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

A propósito, confira-se o seguinte trecho do julgamento da apelação (e-STJ, fl. 274):

Nos presentes autos, nota-se que ambas as partes, tanto a empresa apelante, quanto a apelada, discutem a posse com base na propriedade da área, portanto, o julgado tem por se basear a quem pertencer o melhor título de propriedade.

Ao analisar os documentos trazidos aos autos, nota-se que o apelante possui matrícula do imóvel nº 8.886 e 20.489, com datas de 14.05.1990 e 30.08.2010, contudo, a documentação trazida pela parte apelada demonstra que sua matrícula é de nº 754, estando a propriedade a seu favor desde 10.02.1952, ou seja, há sessenta e cinco anos.

No mais, o mesmo imóvel em questão possuindo outros registros, levar-se-a em contra aquele primeiro que levou a escritura do imóvel à registro, adquirindo assim, o seu domínio.

Portanto, os argumentos trazidos em sede de apelação não merecem prosperar, posto que o registro realizado em 1952, realizado pela parte apelada, denota que ela é a legítima possuidora do imóvel.

Do exposto, verifica-se que o Tribunal estadual entendeu que o julgado deveria se basear no melhor título de propriedade, porquanto ambas as partes estariam discutindo a posse com esteio no domínio da área, valorando, a partir de então, as provas produzidas pelas partes acerca da propriedade - o que não caracteriza negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil/1973 [art. 1.022 do CPC/2015] nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta" (AgRg no AREsp n. 610.500/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/4/2015, DJe 10/4/2015).

Importante ainda destacar que o órgão julgador não está obrigado a se manifestar acerca de todos os fundamentos assinalados pelas partes, mas apenas sobre aqueles capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgado.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. (...) ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

(...)

III - Conforme entendimento pacífico desta Corte "o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio

# Superior Tribunal de Justiça

confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida" (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

(...)

V - Embargos de declaração rejeitados, com advertência de aplicação de multa em caso de reiteração.

(EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1603264/PR, Rel. Ministro

FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 14/06/2018)

Ademais, conforme consignado na decisão agravada, não se verifica a apontada divergência jurisprudencial entre os acórdãos recorridos e paradigma, tendo em vista a inexistência de similitude fática entre os casos confrontados.

Isso porque, acerca da interpretação do art. 561 do CPC/2015, ficou assentado, no acórdão recorrido, que ambas as partes estariam discutindo a posse com base na propriedade da área; contudo, no acórdão paradigma, não haveria menção de que a parte ré teria defendido sua posse com base no domínio do imóvel.

Já em relação à interpretação do art. 373 do CPC/2015, discutiu-se, no presente feito, o cabimento de perdas e danos em razão da inexecutabilidade da restituição do bem; enquanto no acórdão paradigma a discussão sobre o cabimento de danos emergentes e lucros cessantes tinha por objeto ressarcir a parte pelo período de ocupação do bem.

Assim, por se tratar de casos distintos em suas circunstâncias fáticas, mostra-se inviável o conhecimento dos alegados dissídios jurisprudenciais.

Oportunamente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1022 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

(...)

4. A falta da similitude fática - requisito indispensável à demonstração da divergência - inviabiliza a análise do dissídio.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1363893/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2019, DJe 20/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DUPLICIDADE DE RECURSOS. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO

# Superior Tribunal de Justiça

JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA.  
RESPONSABILIDADE CIVIL. REEXAME.  
IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA  
JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

(...)

5. É inviável o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional quando não houver similitude fática entre os acórdãos paradigmas e o acórdão recorrido.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1601452/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019)

Outrossim, é importante esclarecer que, diferentemente do alegado pela ora agravante, o enunciado n. 283 da Súmula do STF não foi utilizado como fundamento, na decisão monocrática desta relatoria, para o não conhecimento da divergência jurisprudencial.

Relativamente ao pleito da parte recorrida de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, é certo que esta Corte Superior tem entendido que o mero não conhecimento ou improcedência do agravo interno não enseja a necessária imposição da referida multa, sendo imperioso para tal que seja nítido o descabimento do recurso, o que não se verifica na espécie.

Sobre o tema, veja-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO NCPC. DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DE 18/MAR/16. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 7/STJ. NÃO CABIMENTO. RECURSO INTERNO. NÃO CONHECIMENTO OU IMPROCEDÊNCIA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. ANÁLISE CASUÍSTICA. INOCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

(...)

2. O mero não conhecimento ou improcedência de recurso interno não enseja a automática condenação na multa do art. 1.021, § 4º, do NCPC, devendo ser analisado caso a caso, sob pena de afronta ao próprio direito de petição, estabelecido no art. 5º, XXXIV, da CF.

3. Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão, sem efeitos infringentes.

(EDcl no AgInt no REsp 1480859/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 03/05/2017)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo interno.

Ao examinar os declaratório, o órgão julgador assim consignou, *in verbis* (fls. 464/466):

Os embargos de declaração possuem índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do

verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Assinala-se, ainda, que "a contradição que dá ensejo à oposição de embargos declaratórios deve ser interna, entre as proposições do próprio julgado impugnado, e não entre a fundamentação do julgado e o argumento das partes" (EDcl no AgInt no AREsp 733.888/RS, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

No caso vertente, constata-se que o fundamento adotado pela decisão embargada – ausência de negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal estadual, soberano na análise de fatos e provas, entendeu que as partes estariam discutindo a posse com base na propriedade da área e que, portanto, o julgado deveria se amparar no melhor título de domínio – não se contrapõe a nenhum outro ponto do *decisum*, afastando-se, portanto, a alegação de vício de contradição.

No que tange à suposta omissão no acórdão embargado, verifica-se que foram devidamente apreciadas as teses suscitadas pela parte recorrente, tendo sido esclarecido que não houve negativa de prestação jurisdicional na origem, porquanto, ao apreciar os elementos constantes dos autos, o Tribunal local entendeu que a discussão da posse estaria baseada na propriedade da área, decidindo, assim, com base no melhor título.

Confira-se o seguinte excerto do acórdão embargado que versa sobre o assunto (e-STJ, fl. 432):

(...)

Assim, o que se verifica, na verdade, é apenas a pretensão de rejugamento da causa em razão do inconformismo da parte com o resultado, o que torna inviável o acolhimento dos aclaratórios.

Ilustrativamente:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - EXECUÇÃO TRABALHISTA - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, do CPC/15 (art. 535, CPC/73), são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decida.

(...)

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg no CC n. 122.675/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 14/6/2017, DJe 22/6/2017)

# Superior Tribunal de Justiça

Quanto ao pedido feito pela parte embargada, de aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, impende destacar que, no presente caso, não se verifica o nítido caráter protelatório dos aclaratórios ou o abuso em sua interposição, que autorizariam a sua aplicação.

Sobre o tema, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 315 DA SÚMULA DO STJ. EMBARGOS LIMINARMENTE INDEFERIDOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO.

(...)

II - Não deve ser acolhido o requerimento para que seja imposta a multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Código de Processo Civil de 2015, eis que o mero inconformismo com a decisão embargada não enseja a necessária imposição da sanção, quando não configurado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração.

III - Embargos de declaração parcialmente acolhidos para suprir omissão no acórdão, sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt nos EAREsp 635.823/TO, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/02/2018, DJe 28/02/2018)

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, não prospera a alegação de ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, uma vez que o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ademais, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento ao agravo interno no recurso especial em razão da ausência de realização da não ocorrência de divergência jurisprudencial e ausência de similitude fática entre os paradigmas apontados.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem**

**natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral"** (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso “elemento de configuração da própria repercussão geral”, conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
Vice-Presidente

